

---

## AGRAVO DE PETIÇÃO

---

HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	1
DELIMITAÇÃO DE MATÉRIAS E VALORES IMPUGNADOS .....	1
ESTRUTURA DO AGRAVO DE PETIÇÃO .....	2
SEGUE SUGESTÃO DE MARCAÇÃO DA CLT .....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
MODELO DE AGRAVO DE PETIÇÃO .....	5

---

## HIPÓTESES DE CABIMENTO

---

O agravo de petição é o recurso adequado para impugnar as sentenças proferidas na execução no Processo do Trabalho (art. 897, “a”, CLT).



---

## DELIMITAÇÃO DE MATÉRIAS E VALORES IMPUGNADOS

---

Este recurso tem um pressuposto de admissibilidade específico: a delimitação das matérias e valores impugnados, sob pena de não ser recebido (Art. 897, §1º, CLT). A finalidade deste requisito é garantir a imediata e definitiva execução dos valores incontroversos. O TST, na súmula 416 do TST, estabelece que não fere direito líquido e certo do executado o prosseguimento da execução em relação aos valores incontroversos.

**Art. 897, CLT.** Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias:

a) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções;

**§ 1º.** O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

**§ 8º.** Quando o agravo de petição versar apenas sobre as contribuições sociais, o juiz da execução determinará a extração de cópias das peças necessárias, que serão autuadas em apartado, conforme dispõe o § 3º, parte final, e remetidas à instância superior para apreciação, após contraminuta.

**Súmula 416 do TST.** Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.

---

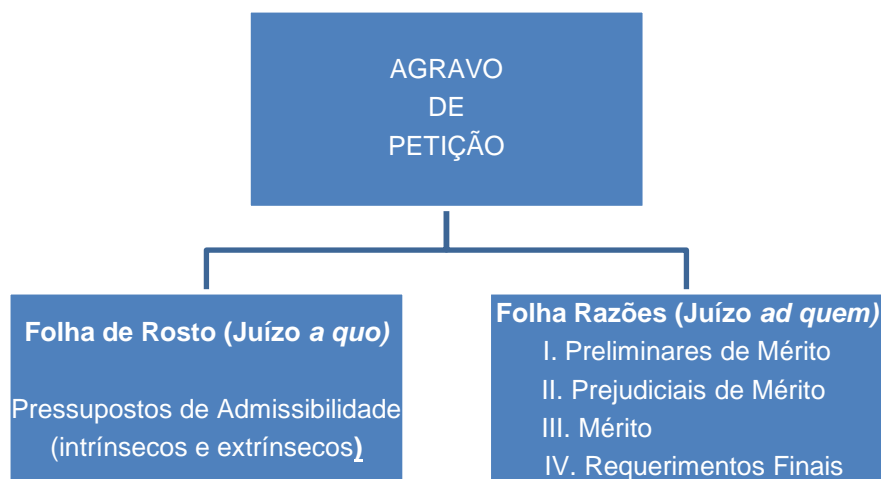
### ESTRUTURA DO AGRAVO DE PETIÇÃO

---

A folha de rosto do Agravo de Petição será endereçada ao Juízo que proferiu a decisão recorrida. O conteúdo da folha de rosto apresentará o cumprimento dos pressupostos de admissibilidade, inclusive, o pressuposto exigido pelo artigo 897, §1º, CLT, e requererá a intimação do agravado, nos termos do artigo 900 da CLT, bem como a remessa do recurso para o Juízo *ad quem* (TRT).



**Observação:** não há depósito recursal no agravo de petição, entretanto, se o juízo não estiver integralmente garantido, deve ser feito depósito visando à garantia integral do juízo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA .... VARA DO TRABALHO DE..... .**

Agravante:

Agravado:

Processo nº:

**NOME DO AGRAVANTE**, já qualificado nos autos em epígrafe, em que contende com **NOME DO AGRAVADO**, também qualificado, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado adiante assinado, com fulcro nos **artigos 893, IV e 897, alínea “a” ambos da CLT, INTERPOR**

### **AGRAVO DE PETIÇÃO**

para o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da \_\_\_\_ Região.

Encontram-se presentes todos os pressupostos de admissibilidade do recurso, dentre os quais de destacam a legitimidade, a capacidade, interesse processual, tempestividade e regularidade de representação.

- a) **Garantia integral do Juízo** na forma exigida pelos artigos 880 e 884 da CLT.
- b) **Custas Processuais** no valor de R\$ 44,26, serão pagas pelo executado ao final da execução, como determinado pelo art. 789-A, IV, da CLT.
- c) **Delimitação de matérias e valores impugnados, nos termos do art. 897, §1º da CLT:**

a) Matérias impugnadas:

b) Valores impugnados:

Diante do exposto, requer o **recebimento** do presente recurso, a **intimação da outra parte para apresentar contraminuta ao agravo de instrumento, no prazo de 8 dias, conforme estabelece o art. 900 da CLT e a posterior remessa ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da \_\_\_\_ Região.**

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Local e Data.

Advogado

OAB nº

## **EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA .... REGIÃO**

### **MINUTA DO AGRAVO DE PETIÇÃO**

(ELOGIO A SENTENÇA + PEDIDO DE REFORMA)

#### **I – PRELIMINAR DE MÉRITO**

problemas  
de  
processo



**PRELIMINAR**



**NULIDADE DA SENTENÇA**

#### **II – PREJUDICIAIS DE MÉRITO**

Erro na elaboração dos cálculos quanto à prescrição

Prescrição intercorrente (Súmula 114 do TST + Súmula 327 do STF)

Prescrição Bienal (art. 7º, XXIX, CF, art. 11, I, CLT e súmula 308, I, TST – no caso de ação de execução de título executivo extrajudicial)

#### **III – MÉRITO**

§1 Fato O juízo da execução julgou (im)procedente os **Embargos à Execução**, sob os seguintes argumentos

é necessário especificar sobre qual decisão  
o agravo de petição está recorrendo, pois  
pode ser interposto dos Embargos à Execução,  
Embargos de Terceiros, etc.

§2 Fundamento A sentença não merece ser mantida, pois

§3 Pedido Diante do exposto, requer a reforma da sentença de  
Embargos para

#### IV - REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, requer **conhecimento** do presente recurso e o **acolhimento da preliminar de mérito para...**, sucessivamente, **o acolhimento das prejudiciais de mérito para ...** e, sucessivamente, **no mérito, o provimento, para fins de reforma da sentença para ...**.

Nestes Termos,

Pede Deferimento,

Local e Data

Advogado

OAB nº

---

#### MODELO DE AGRAVO DE PETIÇÃO

---

**PROPOSTA:** Aluísio Azevedo e a empresa Cortiço firmaram acordo judicial pelo qual esta se comprometeu a pagar àquele a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em 2 (duas) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A empresa pagou no dia apazado a primeira parcela, mas atrasou 2 (dois) dias o pagamento da última parcela. Por esse motivo, o reclamante requereu a incidência da multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do acordo, o que foi deferido pelo juiz da 4ª Vara do Trabalho de Cuiabá/ MT. O acordo homologado previa a multa de 50% (cinquenta por cento) em caso de inadimplemento. Após a penhora de bens, a empresa apresentou embargos à execução, cujo pedido foi indeferido. A partir desses dados, atue como advogado da empresa O Cortiço, elaborando a peça processual adequada para a hipótese.

#### GABARITO OFICIAL

A peça processual a ser apresentada corresponde ao agravo de petição, com fulcro no artigo 897, alínea “a” da CLT. Na peça deve conter a delimitação da matéria e dos valores impugnados (Art. 897, §1º, CLT) e o requerimento de aplicação da multa

apenas sobre a última parcela, fundamentando as suas razões no artigo 413 do Código Civil.

### RESOLUÇÃO DA PROVA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 4ª VARA DO TRABALHO DE CUIABÁ-MT.**

**O CORTIÇO**, já qualificado nos autos em epígrafe, em que contende com **ALUÍSIO AZEVEDO**, também qualificado, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado adiante assinado, com fulcro no artigo 893, IV e 897, alínea “a” da CLT, interpor:

#### **AGRAVO DE PETIÇÃO**

para o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

Encontram-se presentes todos os pressupostos de admissibilidade do recurso, dentre os quais se destaca a legitimidade, capacidade, interesse processual, tempestividade e regularidade de representação. Além desses destacam-se ainda:

- a) **Garantia integral do Juízo**, nos termos dos artigos 800 e 884 da CLT.
- b) **Custas Processuais**, no valor de R\$ 44,26, serão pagas pelo executado ao final da execução, como determinado pelo art. 789-A, IV, da CLT.
- c) **Delimitação de matérias e valores, nos termos do artigo 897, §1º da CLT:**
  - a) Matérias impugnadas: multa
  - b) Valores impugnados: R\$ 5.000,00

Diante do exposto, requer o recebimento do presente recurso, a intimação da outra parte para apresentar contraminuta ao agravo de petição, no prazo de 8 dias, conforme

estabelece o artigo 900 da CLT e a posterior remessa ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Local e Data.

Advogado

OAB nº

## **EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO.**

### **MINUTA DO AGRAVO DE PETIÇÃO**

A respeitável sentença não merece ser mantida, razão pela qual requer a sua reforma.

### **I – MÉRITO**

#### **01. DA CLÁUSULA PENAL**

O juízo *a quo* julgou procedente o pedido do ora Agravado, condenando a Agravante ao pagamento de multa de 50% sobre o valor total do acordo, muito embora a primeira parcela do acordo tenha sido adimplida dentro do prazo acordado. **(Fatos)**

A sentença não merece ser mantida, pois o artigo 413 do CC sustenta que o juiz deve reduzir equitativamente a penalidade se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio. Portanto, a cláusula penal deve ser calculada somente sobre a última parcela impaga no prazo e não sobre o valor total do acordo. **(Fundamentos)**

Diante do exposto, requer a reforma da sentença de embargos à execução, a fim de excluir da condenação a multa de 50% calculada sobre o valor da parcela paga pontualmente. **(Pedido)**

**II - REQUERIMENTOS FINAIS**

Com todo o exposto, requer conhecimento do recurso e, no mérito, o seu provimento, para fins de reforma da sentença para excluir da condenação a multa de 50% sobre o valor da parcela paga pontualmente.

Nestes Termos,

Pede Deferimento,

Local e Data

Advogado

OAB nº